



ALVARÁ DE LICENCIAMENTO PARA SERVIÇOS FLORESTAIS Nº 007/2018

O Município de Travesseiro/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 94.706.124/0001-30, instituído pela Lei Estadual nº 9.596/92, através do **DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE (DMA)**, no uso das atribuições que lhe confere as Resoluções do CONSEMA nº 041/2003 e nº 288/14, e em consonância com o disposto na Lei Federal nº 12.651/12, nas Leis Estaduais nº 9.519/92 e nº 11.520/01, no Decreto Estadual nº 38.355/98, na Resolução do CONAMA nº 237/97 e baseado nas informações constantes no **Processo Administrativo nº 390/2018**, vem pelo presente instrumento emitir este **ALVARÁ PARA LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS FLORESTAIS**.

EMPREENDEDOR: MIGUEL SCHNEIDER

CPF: 998.947.000-63

ENDEREÇO: Localidade de Linha São João (Alto), Interior, Travesseiro/RS

MUNICÍPIO: Travesseiro/RS

CEP: 95.948-000

IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DO MANEJO

Endereço: Ao lado da Estrada Geral, s/nº, Localidade de São João Alto, Travesseiro/RS

Matrícula do Imóvel: 8064, Livro nº 2, Folha nº 001 do Registro de Imóveis da Comarca de Arroio do Meio/RS

Proprietário: Miguel Schneider

Registro no CAR: RS-4321626-BA0B87355EF84125A7B9E74D1966D39A

Coordenadas Geográficas: S 29°14'50.54" / O 52° 8'39.21"

CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1. Quanto ao manejo da vegetação:

1.1. A presente licença florestal somente autoriza a supressão de 01 (um) exemplar arbóreo nativo de Pinheiro Brasileiro (*Araucaria angustifolia*).

Nº	Nome Comum	Nome Científico	CAP (cm)	DAP (m)	AB (m²)	Vm3	Altura	Vmst
1	Pinheiro brasileiro	<i>Araucaria angustifolia</i>	249	0,792	0,493	8,871	17	8,807

2. Quanto aos vetos dessa licença:

2.1. Essa licença florestal não autoriza:

a) a intervenção em vegetação em áreas onde houver nidificação, devendo o empreendedor aguardar o término do referido período para proceder com corte e supressão;

b) a supressão de vegetação secundária no estágio sucessional (inicial, médio ou avançado) de regeneração, em conformidade com a legislação vigente, especialmente no que se refere a utilização e proteção da vegetação

nativa no Bioma Mata Atlântica;

c) a utilização de fogo e de processos químicos para todas as formas de intervenções na vegetação nativa, em qualquer fase de implantação do empreendimento, em conformidade com a legislação vigente.

3. Quanto a Reposição Florestal Obrigatória:

3.1. Como medida compensatória à supressão de 1 (um) indivíduo florestal nativo, **deverá ser efetuado o plantio de 15 (quinze) mudas de mesma espécie nativa Pinheiro Brasileiro (*Araucaria angustifolia*)**, de acordo com o artigo 41 da Lei Estadual nº 9.519/1992, sendo a reposição florestal obrigatória o plantio obrigatório de árvores, como medida legal para mitigação, compensação ou reparação de corte de árvores nativas ou recuperação de áreas degradadas, estando consubstanciada no artigo 33, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, popularmente conhecido por novo Código Florestal Federal e nos artigos 8 e 15, do Capítulo II e Art. 51 da Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992 - Código Florestal Estadual;

3.2. Para o plantio das mudas referidas no item anterior, deverá ser garantindo a pega mínima de 90%, em observância ao disposto no Artigo 8º da Lei Estadual nº 9.519/1992 (Código Florestal Estadual);

3.3. O prazo para a Reposição Florestal Obrigatória é de 1 (um) ano, ou seja, até o término desse prazo, o Departamento de Meio Ambiente - DMA deverá ser informado do local de plantio das mudas nativas, acompanhado de relatório fotográfico e demais documentos necessários à comprovação;

3.4. Por um período de 4 (quatro) anos, deverá ser apresentado anualmente a este DMA, relatório técnico e fotográfico da situação na área de reposição florestal;

3.5. A efetivação do plantio será constatada através de vistoria, na qual será averiguado o cumprimento das condicionantes de acordo com os prazos e metas ora determinados, sendo que a quitação final do compromisso de plantio se dará após o 4º (quarto) ano de manejo e com plena garantia do estabelecimento das árvores.

4. Quanto a matéria prima florestal gerada:

4.1. O transporte da matéria prima florestal necessita da emissão do DOF – Documento de Origem Florestal;

4.2. A intervenção resultará 8,871m³ de madeira e 8,807mst de lenha nativa;

4.3. Não é permitida a queima, ao ar livre, dos resíduos florestais (galhos, lenhas e folhas), devendo estes ser dispostos em locais adequados.

5. Quanto a execução do manejo:

5.1. Deverão ser tomadas medidas de controle de queda do caule durante o manejo a fim de evitar danos as instalações/edificações do entorno;

5.2. Os equipamentos (motosserras) utilizados no manejo devem estar registrados no IBAMA.

6. Quanto a supervisão ambiental:

6.1. Este documento está vinculado a exatidão das informações apresentadas pelo interessado e não exime o empreendedor do cumprimento das exigências estabelecidas em disposições legais, regulamentares e normas técnicas aplicáveis ao caso;

6.2. Para a execução da atividade deverão ser observadas as normas e leis ambientais vigentes, de modo a preservar e garantir o meio ambiente para os presentes e futuras gerações, nos termos do Art. 225 da Constituição Federal de 1988.

7. Outras condicionantes:

7.1. Havendo a existência de Áreas de Preservação Permanente – APP importa salientar que, a regra geral é a intocabilidade das áreas de preservação permanente, o que ocasiona restrições ao direito de uso e gozo do proprietário do imóvel que esteja inserido em APP. Nesse diapasão, não é permitida qualquer intervenção na área, salvo os casos de utilidade pública e/ou interesse social, e/ou baixo impacto, previstos no artigo 3º, VIII, IX, X, combinado com o artigo 8º da Lei Federal nº 12.651, de 25/05/2012, devidamente regradada em Licenciamento.

Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, ao DMA, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciado por este documento.

Qualquer alteração na representação do empreendedor ou alteração do endereço para recebimento de correspondência do DMA deverá ser imediatamente informada à mesma.

Caso ocorra descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Data de emissão: Travesseiro/RS, 14 de maio de 2018.

Este documento licenciatório é válido para as condições acima no período de 90 (noventa) dias, porém, caso algum prazo estabelecido nesta licença for descumprido, automaticamente esta perderá sua validade. Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam a realidade.

Este documento poderá ser renovado através de solicitação por parte do empreendedor.

CHRYSTIAN ESTÊVAM QUINOT

Coordenador do DMA

Agente Administrativo

Eng.º Ambiental

CREA/RS 210292

GENÉSIO ROQUE HOFSTETTER

Prefeito Municipal